

E, pois, a carta, o orador a-solicita em nome da verdade do systema representativo, e para que um dia a consciencia da historia a todos nos possa julgar com pleno conhecimento dos factos.

**O Sr. Saraiva** (*presidente do conselho*) diz que o nobre deputado por S. Paulo julga indispensavel a leitura da carta que dirigiu ao nobre ex-presidente do conselho para explicação dos acontecimentos. O orador declarou já que não tinha deixado cópia dessa carta e autorizou o nobre ex-presidente do conselho a dar noticia della á camara e ao senado. Mas a carta dizia mais ou menos aquillo que já declarou á camara e que resumirá.

O programma de reforma constitucional era prudente; mas, rejeitado como foi pelo senado, não podia ser continuado.

Os liberaes não deviam ser mais escrupulosos do que os seus adversarios.

Para se proseguir na reforma constitucional era indispensavel a dissolução da camara, porque sem um appello para o paiz o senado não podia reconsiderar o projecto rejeitado.

Fal-o-ia sem dissolução? O orador não o crê. Fal-o-ia com a dissolução? E' duvidoso. Em qualquer dos casos o orador não quiz assumir a responsabilidade de organizar um ministerio para affrontar essas difficuldades. Eis mais ou menos o que disse nas cartas e de que contém memoria.

Agradece o orador ao nobre deputado por S. Paulo suas palavras benevolas em relação ao ministerio.

Pede porém licença a S. Ex. para dizer que tem fé no patriotismo do senado. Podia o senado talvez ter rejeitado o projecto, porque queria collaborar na reforma, e os liberaes não podiam convir nisso, pois uma camara vitalicia não pôde receber poderes especiaes para fazer parte de uma constituinte.

Mas o caso hoje é outro: as duas camaras têm igual parte no estudo e adopção do projecto. Conservadores e liberaes devem querer a reforma. Esta não é, como já disse, uma lei de partido, mas uma lei para todos os partidos.

O orador, pois, nutre a esperanza de que as duas camaras darão ao paiz uma lei que produza a liberdade do voto e augmente consideravelmente a autoridade do parlamento.

**O Sr. Joaquim Nabuco**: — Quando pedi que se lançasse na acta da sessão de hoje um voto de pezar pelo fallecimento do nosso collega pela Parshyba, escaparam-me algumas palavras que, na emoção de uma verdadeira saudade por não vê-lo aqui no dia de hoje, eu não pude reprimir. Essas palavras podiam parecer destoar da harmonia e união que hoje reinam nas fileiras liberaes; mas foram palavras que se podem bem perdoar pela emoção que as dictou.

Não quero, pois, entrar no debate que aqui se quiz abrir, nem sobre o ministerio de 5 de Janeiro, nem sobre a cobrança ensanguentada do imposto do vintem. Si as responsabilidades tiverem de ser apuradas, não será perante a camara dos deputados. Os ministros responsaveis já não se acham naquellas cadeiras, e, por isso, não nos pertence mais a nós accusal-os. Desinte-

resso-me inteiramente das questões levantadas a respeito do gabinete passado, e faço-o porque os epitaphios não são os contemporaneos que os escrevem; é a historia. Os amigos do ministerio de 5 de Janeiro podem mandar-lhe gravar em letras douradas o mais soberbo epitaphio; podem dizer, por exemplo — « Soube morrer o que viver não soube » — ou — « Teve o patriotismo de sacrificar-se pelo seu partido. »

Os seus adversarios podem dizer que elle morreu, não para não dividir o partido, mas porque não pôde dividir o partido. Mas á historia pertence o julgamento definitivo, e si tivéssemos de liquidar nesta camara as responsabilidades do ministerio de 5 de Janeiro, para comnosco, dariamos um espectáculo que faria lembrar a um pintor de genio o Valle de Josaphat, onde os resuscitados se levantassem para accusar uns aos outros.

Como, porém, senhores, não tenho refolho nenhum no espirito, posso com a mesma franqueza referir-me á posição que agora occupo, e á opposição que fiz ao ministerio de 5 de Janeiro, devo dizer algumas palavras sobre uma e outra. Fiz áquelle ministerio, nesta tribuna, uma guerra de todos os dias; combati-o quando estava vivo; estou dispensado de combatel-o, hoje que está morto.

Combati-o quando elle era poderoso, quando tinha diante de si a perspectiva das quatro dissoluções, esta escada de degrãos fatidicos, onde o que escapasse do primeiro não escaparia do segundo; estou por consequencia dispensado de o combater hoje que elle está disperso. Mas combati-o, posso dizel-o, por altas razões politicas e não por sentimentos pessoaes. Nunca disputei a nenhum dos membros desse gabinete, que os teve tantos, que deram o espectáculo dos membros mutilados agitando-se contra a cabeça que continuava á frente do movimento, nunca disputei, digo, a nenhum dos membros desse gabinete o direito de sentar-se naquellas cadeiras.

Nunca fiz questão de pessoas. Nunca proferi contra qualquer delles uma palavra de que pudesse inferir-se qualquer sentimento de hostilidade pessoal.

Combati-o em nome de principios que hoje vejo felizmente de pé; e é por ter feito opposição ao gabinete de 5 de Janeiro em nome desses principios, que hoje me acho felizmente desembaraçado para o voto que vou dar em favor do ministerio de 28 de Março.

O que me parecia fatal na politica do gabinete de 5 de Janeiro, e eu nunca duvidei, como o meu nobre amigo o Sr. Martinho Campos nunca duvidou, que essa politica acabaria por ser fatal principalmente ao ministerio que a iniciara, se os paizes constitucionaes obedecem a certos principios—era a politica das dissoluções consecutivas. O ministerio começou debaixo de um compromisso a que eu chamei o pacto de S. Christovão: elle assignou com a corôa o contrato de fazer a eleição directa por meio da constituinte, e desde então qual era o futuro que o ministerio tinha diante de si? Era o futuro dessas dissoluções que o senado podia multiplicar á vontade.

O SR. ANDRADE PINTO:— As dissoluções não estavam previstas quando se organizou o gabinete, não se cogitou disso.

O SR. JOAQUIM NABUCO:— Estimo ouvir essas palavras do nobre ex-ministro da marinha. Esta sua declaração pertencerá á historia e entrará como uma contribuição muito importante para quem escrever a vida do ministerio de que S. Ex. fez parte.

UM SR. DEPUTADO dá um aparte.

O SR. JOAQUIM NABUCO:— Não sei quaes foram as vistas primitivas do gabinete, mas desde que o gabinete veio fazer uma declaração neste recinto, pelo órgão do Sr. presidente do conselho, elle declarou que, na hypothese do senado rejeitar o projecto, hypothese das suas maiores preocupações, a camara seria dissolvida. Não era preciso nada mais, senhores, para o senado negar seu voto á reforma, porque o interesse da maioria do senado estava em acrescentar essa dissolução inutil, que feria uma camara do proprio partido liberal, ás dissoluções necessarias.

Deu-se a rejeição prevista. Como n'um simples modo de interpretar um voto do senado, revela-se por assim dizer, não quero fazer paralelo que possa offender ninguém, revela-se o verdadeiro tino politico do estadista em contraste com a habilidade de crear obstaculos no seu proprio caminho, e para si mesmo, que tinha o nobre ex-presidente do conselho. O senado disse « não » á reforma. O ex-presidente do conselho interpretou assim esse « não »: Si o senado não quer a nossa reforma, é porque não quer coisa alguma; é que rejeita a eleição directa, com ou sem constituinte; é um *procedimento insolito*, como ainda hoje disse o nobre ex-ministro da marinha. Pois bem; já que o senado não quer coisa alguma, e não podemos entrar em accôrdo com o senado, vamos exercer a pressão da opinião publica sobre elle, dissolvendo a camara dos deputados.

Mas como esse mesmo voto foi interpretado pelo actual presidente do conselho? De outro modo todo diverso.

« Si o senado recusa a reforma constitucional e a constituinte, é que elle não tem os escrúpulos que nós suppunhamos, é que elle prefere a eleição directa feita por lei ordinaria. » D'ahi, senhores, duas politicas, uma necessitava da dissolução, outra conjurava a dissolução; uma, entraria no senado,—não levando opinião atraz do si,—porque a opinião não acompanharia o gabinete quando elle quizesse levar ao senado o projecto da *Constituinte Constituida*, mas com as esporas de Luiz XIV, ou com o grito a que estavamos habituados:—*O Imperador o quer*—para vencel-o e conquistal-o; a outra, e, senhores, si a politica é outra, os homens são os mesmos, são os mesmos que acompanharam o ministerio passado; a outra em vez de declarar a guerra ao senado offerece-lhe a paz, procura a collaboração do senado, offerece-lhe uma parte nessa lei que têm de tornar livre, não só a eleição dos deputados, como a eleição do proprio senado.

O SR. FELICIO DOS SANTOS:— O senado é uma sphyngo.

O SR. JOAQUIM NABUCO:— E' por isto, senhores, que sem dissolução da camara, sem procurar aprofundar no partido liberal divergencias passageiras, sem haver proscriptos nem proscriptores, podendo-se marcar um prazo curto dentro do qual as divergencias passadas terão de ser desvanecidos, ficando apenas gravada na lembrança dos que as suscitaram; certo de que o direito de voto não será mais restringido, mas garantido a todos que d'elle estavam de posse, o ministerio actual operou uma transformação tão completa, na situação politica do paiz como si elle assistisse á ascensão de outro partido, de outros homens, de outra situação.

Foi por este motivo politico, que parece-me de primeira ordem, senhores, que declarei-me em opposição ao ministerio de 5 de Janeiro. Pôde dizer-se que a opposição ganhou o combate, porque foi ella que fez calar na consciencia publica na opinião do paiz, a sentença que feriu de morte o gabinete passado; mas ella não venceu por si só, não venceu sem o apoio desse espirito liberal que não está incarnado exclusivamente em um só partido; mas que está diffundida por toda a população, por todos os partidos; que existe entre os conservadores do senado tanto como entre os liberaes desta camara.

Não ha, por conseguinte hoje, aqui, nem vencidos nem vencedores; (*apoiados*) o que ha é o partido liberal unido, depois de divergencias passageiras, como uniu-se depois de perseguições muito maiores no dia 16 de Julho de 1863, quando deu-se a formação, perante progressistas e historicos, de um ministerio conservador. São os mesmos homens que estão no poder, mas a situação é diversa. O nobre deputado pelo Maranhão teve razão de dizer: são os mesmos homens que apoiaram o ministerio passado e que hoje estão sentados naquellas cadeiras.

Si lutamos, foi para que vingassem as idéas do partido liberal, foi para livrar o partido liberal da pressão sob a qual se achava, foi para restituir-lhe toda a liberdade de acção. Não tivemos em vista, e o dissemos muitas vezes, conquistar o poder para a minoria, mas, sim, para as idéas do nosso partido; quizemos sómente crear uma situação que parecesse aceitavel a todo o partido liberal. Para nós todos, ainda quando se sentassem naquellas cadeiras, sómente os mais extrenuos defensores do ministerio passado, desde que não estivesse de pé a mesma politica, nós estaríamos com elles, tão satisfeitos como vendo sentados, naquellas cadeiras, homens nossos, como o nobre ministro de estrangeiros e o nobre ministro da guerra, que pertenciam ás nossas fileiras de combate. Hoje, senhores...

O SR. MARTIM FRANCISCO:— Todos tinhamos por programma a eleição directa e districtos de um deputado.

O SR. JOAQUIM NABUCO:— Hoje, porém, senhores, que estamos unidos, é preciso que o partido liberal lembre-se de que a primeira obrigação para o partido, não é tanto essa união material que muitas vezes consiste na conciliação de interesses pessoaes, como estar unido para realizar o seu programma politico, para desem-

penhar os compromissos pelos quaes se responsabilisou.

Hoje ha duas opiniões em contraste. Ha simplesmente dous campos, o campo liberal e o campo conservador. Ha um campo no qual está hasteada a bandeira da eleição directa, com o censo do votante, incluindo todos os que até hoje, têm o direito adquirido do voto; do outro lado está um campo, cuja bandeira tem esta unica divisa— «A constituição —» bandeira arvorada pelo Sr. Visconde do Rio Branco. Entre os dous modos de comprehender o respeito que devemos á constituição, o modo por que o partido liberal o comprehende, parece-me, não só é o mais verdadeiro, como o que mais pôde fazel-a durar.

Não quero descer á historia, como hoje o fez o nobre deputado por S. Paulo, o Sr. Leoncio de Carvalho, nem indagar como a Constituição nos foi doada; e neste ponto, eu não quizera, por um momento, despertar os escrúpulos do nobre presidente da camara. Não quero descer ás origens da Constituição, nem indagar como ella se formou; quero aceitar-a como ella é; considero-a a legitima lei fundamental do Imperio, para perguntar-vos: que meio de interpretar-a pôde dar-lhe essa duração que se deseja conservar-a como a lei organica do paiz?

Ha um modo de interpretar, que é conservador; é, sem offensa a palavra, pharisaico, é interpretação que os sectarios dão aos livros sagrados, como os judeos ao Talmud; a interpretação litteral que a conserva intacta como si fosse uma dessas mumias, cujas fachas ninguem poderia mudar sem atirar ao vento a poeira que as fórma. E ha uma interpretação liberal que não se prende á letra, mas ao espirito; que dá vida e movimento á Constituição; que não a colloca no caminho do paiz como um obstaculo que para chegar ao progresso elle tenha primeiro que destruir.

Entre esses dous modos de interpretar a Constituição; entre o modo de adaptal-a ás reformas liberaes, e o de fechal-a á qualquer progresso, entre a interpretação do partido conservador e do partido liberal, o senado dirá qual, no seu entender, deve prevalecer. Não sei de que pontos da lei o nobre presidente do conselho fará questão. A lei que nós votarmos será uma lei liberal; mas como nos voltará ella do senado? Voltará emendada, de certo, si triumphar a reforma por lei ordinaria; mas essas emendas tornarão a lei conservadora, por fórma que nós neste recinto não lhe possamos dar o nosso apoio?

Senhores, si a preponderancia do nobre Barão de Cotegipe, cujas idéas liberaes sobre a eleição directa estão gravadas nos *Annaes* do anno passado, fizer-se sentir já que não posso desejar a preponderancia do nobre Visconde do Rio Branco á vista da sua preliminar, estou certo que não nos voltará uma lei, a que como liberaes não possamos dar os nossos votos.

Como está ella, com o censo da Constituição para o votante, com a igualdade politica de todos os brazileiros, sem distincção de religiões, de castas, de origens, é uma reforma liberal, e para realizal-a o nobre presidente do conselho actual pôde contar com todo o nosso apoio.

S. Ex. vai bater ás portas do senado, levando desta vez os votos do nosso partido com essa reforma eleitoral directa por lei ordinaria, que me fazia dizer ao senado desta tribuna na sessão passada que si elle a inscrevesse na sua bandeira, esta havia de transitar victoriosa nesta camara, como o estandar do romano, ao qual a comparei, com a celebre inscripção:

*Senatus Populusque romanus* porque nella podia também lêr-se: o Senado e o Povo Brazileiro!

Mas si o senado fôr surdo, si o senado resistir, não tome o nobre presidente do conselho nem o compromisso de dissolver a camara dos deputados, como o ministerio passado; nem o compromisso de retirar-se do poder, porque nos dous casos iria apenas animar a ambição partidaria que exista no outro recinto. (*Apoiados.*)

Tome o nobre presidente do conselho tão sómente o compromisso de não abandonar o seu posto diante de um voto hostile, mas pelo contrario de ir bater todos os annos ás portas do senado com a mesma reforma que um dia ficará victoriosa.

Conte para isso o nobre presidente do conselho com o apoio do seu partido, apoio, que a sua administração terá até o fim, si não transigir com sua moralidade que unica pôde salvar o paiz, si conservar afastados de si todos os elementos de corrupção, desses que da prohibidade não têm nem o pudor, e que em toda a parte com o seu contacto destroem os governos que não lhe resistem, e si inspirar-se no espirito verdadeiramente liberal que parece animal-o. Com esse apoio fique certo o nobre presidente do conselho, o compromisso unico que S. Ex. deve tomar, é o de não desertar do seu posto, emquanto não realizar a reforma, para que desta vez, não pertença ainda a um grande ministro conservador, como pertenceu a emancipação dos escravos, a realização de uma reforma escripta na frente do programma liberal.

Não desejava, senhores, tomar parte nesta discussão: o que me forçou a fazel-o foi a divergencia que aqui appareceu a respeito do ministerio passado, e da qual poderia deduzir-se que o partido liberal não está unido, e que as antigas divergencias continuam. Mas já que o fiz, seja-me permittido definir a minha posição com a maior franqueza e dizer ao nobre presidente do conselho:—a minha posição, nas fileiras do partido liberal, é uma posição, que não quero chamar de *independente*, para não crear a minima divisão no partido, mas que devo qualificar de especial.

Eu sei que o nobre presidente do conselho por fórma alguma quererá nunca limitar o direito de iniciativa, que pertence aos membros da camara; o direito de apresentar aqui projectos, que lhes pareçam uteis, de discutil-os, e de convocar o voto do parlamento, porque este direito é conferido pela Constituição, e não depende da outorga de nenhum ministro. Mas com a maior franqueza eu devo desde já annunciar o solemne compromisso que tenho de, emquanto occupar um logar na representação nacional, procurar por todos os meios apressar a hora da emancipação dos escravos.

Acompanho, senhores, como soldado, ao nobre presidente do conselho quando supprime na sua lei as differenças que existem entre os cidadãos brasileiros: quando quer que os libertos, que não podiam ser eleitos pela Constituição, possam ser deputados, sentar-se no parlamento brasileiro, como se sentavam no Capitólio de Washington, ao lado dos seus antigos senhores; quando faz que o estrangeiro naturalizado, que dá ao nosso paiz uma prova de patriotismo no acto da sua vontade que o faz escolher a nossa patria para sua, renunciando a sua nacionalidade para adquirir a brasileira, entrando na nossa communhão social, tenha os mesmos direitos que o cidadão nato, como têm os mesmos deveres; e quando por ultimo supprime todas as differenças religiosas, e, como que lembrando-se, de que as grandes nações do regimen representativo não são catholicas, garante e proclama o direito de todo o brasileiro de dizer neste recinto o que hoje não pôde dizer pela Constituição; « Eu não sou catholico! »

Consinta-me, porém, o nobre presidente do conselho que acompanhando-o nessa reforma que ha de ser vencedora, e dando-lhe todo o meu apoio para a realização da sua nobre empresa, eu digo-lhe: — lembrai-vos de que uma grande desigualdade existe na nossa sociedade; de que vós que ides apagar as ultimas differenças entre os cidadãos brasileiros, quer provenham da religião, quer da origem, quer da casta, deveis reconhecer que nesse sol ha uma grande mancha que o tolda; que ainda ha escravos no Brazil, quando o seculo XIX aproxima-se do seu termo.

Senhores, este seculo nasceu com a liberdade, sahio das fochas ensanguentadas da revolução franceza, e durante elle que grandes resultados obtidos pelas nações que se emancipam! A Italia dividida em pequenas nações despoticas fórma hoje uma só e grande communhão progressiva. A Russia onde 40.000.000 de homens viviam na oppressão da servidão da gleba, viu de repente, pela vontade de um homem só, o seu solo ficar livre. Nos Estados-Unidos, nesses mesmos Estados das margens do Mississipi onde o algodão só crescia pelo trabalho escravo, a emancipação produziu dentro de pouco tempo colheitas muito maiores e o trabalho livre cicatrizou as feridas da maior das guerras civis.

Pois bem, eu não desejo que quando se fizer a chamada das nações que nestes cem annos têm rompido com a escravidão, que se têm civilizado pelo trabalho livre, só o Brazil não possa dizer presente.

Eu devia neste momento solemne fazer esta reserva importante, que me deixa toda a minha liberdade de acção quanto ao compromisso que tenho. Não posso forçar o governo a adoptar o meu pensamento, a fazer seu o meu projecto; mas peço-lhe que não ponha estorvos diante d'elle, que não se declare como o ministerio passado resolutamente disposto a não consentir que o prazo da emancipação seja encurtado de um dia, quando não arvore, como elle, a bandeira da escravidão, mas que, sem collaborar, si não quizer, na nossa obra, não embarace, não desengane, não desespere os que querem

fazer alguma cousa para abreviar o captivo e melhorar a sorte dos infelizes escravos! (*Muitos apoiados, muito bem, muito bem. Applausos das galerias.*)

**O Sr. Martinho Campos:**—Sr. presidente, a peroração do discurso do meu honrado amigo que não tem neste recinto mais sincero, mais entusiastico admirador de seu talento do que eu, que nunca o vejo subir á tribuna sem que applauda e dê parabens á memoria de seu illustre pai, agita a mais grave das questões sociaes (*apoiados*), agita um assumpto de tal natureza, que diante d'elle toda a questão politica desaparece. (*Muitos apoiados.*)

Não se podia esperar que um moço do talento e da cultura de espirito do meu honrado amigo, manifestasse outros sentimentos que não fossem de horror pela escravidão, a mais temivel das chagas que os seculos passados legaram ao mundo. (*Muitos apoiados.*)

Unirei o meu pedido ao do meu nobre amigo; e o nobre presidente do conselho, si tiver ao seu alcance meios para abreviar o dia em que não supportemos o vexame, a vergonha de dizer que no Brazil ainda existem escravos, e o não fizer, commetterá um crime de lesa humanidade; mas eu conheço os sentimentos, as opiniões do nobre presidente do conselho nesta materia e não duvido que empregaria todos os meios para abreviar esse dia. (*Apoiados.*)

Entretanto si o nobre presidente do conselho tem o dever de prestar a mais efficaz protecção aos mais infelizes e desgraçados filhos desta nossa terra, outro dever não menos rigoroso corre a S. Ex.: não perturbe, não ponha em perigo, já não digo a propriedade, mas a existencia da parte mais importante da população do nosso paiz, enquanto não tiver meios de poder dar fim á escravidão. (*Muitos apoiados, muito bem, muito bem.*)

Sem duvida que os mais infelizes, os mais desgraçados nesta terra são os escravos, e é o primeiro dever do governo soccorrel-os e amparal-os, mas não é menos precioso, não vale menos o direito das familias que senhores de escravos e de toda a população do interior. (*Muitos apoiados, muito bem.*)

Peço ao meu honrado amigo que encare tambem a questão por este lado. De que meios dispõe o governo, pergunto ao nobre deputado, para assegurar a existencia, a propriedade e a honra das familias que existem no interior do nosso paiz? (*Apoiados, muito bem.*) Quatro homens livres têm ao seu serviço dezenas de escravos; si começa-se imprudentemente a agitar e perturbar o espirito da escravatura, quaes os meios que tem a autoridade para contel-os? (*Muito bem.*)

O nobre deputado, com o talento e o criterio de verdadeiro homem de estado, do que nos tem dado neste recinto prova exuberantissima, e que sou o primeiro a reconhecer (*apoiados*), encare a questão por este lado; em beneficio mesmo destes desgraçados escravos veja si é possível conseguir que os escravos vivam tranquilos na sua condição desgraçada enquanto o governo não tem meios de soccorrel-os, porque não é prudente agitar questões desta ordem,